

**Controle e cooperação norte-americana aos golpes civil-militares
brasileiro (1964) e argentino (1976)**

Caroline Silveira Bauer*

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar as práticas de controle e cooperação norte-americana à implantação das ditaduras civil-militares de segurança nacional instauradas no Brasil em 1964 e na Argentina em 1976. Através da análise da documentação desclassificada pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos, evidenciam-se, na troca de correspondência entre as embaixadas estadunidenses dos dois países e organismos norte-americanos, as estratégias colocadas em prática no momento dos golpes. Essa documentação foi desclassificada e está disponível, para o caso brasileiro, desde 2004 (40 anos da instauração da ditadura) e, para o caso argentino, desde 2006 (30 anos do golpe de 24 de março de 1976). Ainda, é possível historicizar as relações de controle e cooperação entre Estados Unidos e Argentina e Brasil, salientando as semelhanças e diferenças entre os dois países.

Palavras-chave: ditadura civil-militar, Estados Unidos, golpe de Estado.

Abstract: The objective of this paper is to analyze the practices of cooperation and control of United States to the national security civil-military dictatorships implanted in Brazil (1964) and Argentina (1976). Through the analysis of declassified documents from the U.S. Department of State, such as the correspondence between the two countries and the U.S. organs of government, the strategies practiced in the moment of the *coups* can be shown. These archives was declassified, in the Brazilian case, in 2004 (fourth years since the military coup), and in the Argentine case, in 2006 (thirty years since March 24th 1976). Moreover, it's possible to historicize the control and cooperation relationships between United States, Argentina and Brazil, exceeding the similarity and the difference among the *Cone Sul* countries.

Keywords: civil-military dictatorships, United States, coup of State

1. Introdução

No dia 31 de março de 2004, quando se comemorava no Brasil o quadragésimo aniversário do golpe civil-militar, o *National Security Archive* em Washington, publicava em seu sítio na internet sete documentos desclassificados sobre o controle e a cooperação dos Estados Unidos ao movimento golpista brasileiro. Tornavam-se públicos e acessíveis os documentos que já haviam sido pesquisados por outros investigadores da participação norte-americana na conspiração pré-golpe civil-militar no Brasil.¹

* Professora de História e historiadora, doutoranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

¹ Os documentos já haviam sido investigados por Marcos Sá Corrêa, Lincoln Gordon, Phyllis Parker e Thomas Skidmore. Cf. as referências bibliográficas deste artigo.

O mesmo ocorreu em 24 de março de 2006, quando, no trigésimo aniversário do golpe civil-militar argentino, novos documentos integraram a lista dos documentos já desclassificados e publicados na internet sobre a “guerra suja” argentina.

Este breve artigo apresenta estes dois pequenos conjuntos documentais desclassificados nestes eventos, analisando como eles podem comprovar as teses já existentes sobre o controle e a cooperação norte-americanos aos golpes civil-militares no Brasil e na Argentina.

2. Um breve histórico sobre o controle e cooperação estadunidense em relação à América Latina

A propensão dos Estados Unidos em converter seus problemas de segurança em uma questão regional é histórica. Estes problemas, imaginários ou reais – variáveis conforme a conjuntura – conformaram justificativas para sustentar políticas intervencionistas.

A primeira manifestação deste tipo de conduta foi o anúncio, em 2 de dezembro de 1823, da chamada “Doutrina Monroe”, que, em linhas gerais, estabeleceu as diretrizes da política externa dos Estados Unidos para o continente americano. O pronunciamento do presidente Monroe foi uma resposta às nações européias que constituíram a Santa Aliança (Congresso de Viena – 1814) que buscavam projetar-se sobre as ex-colônias da América Espanhola. Este primeiro momento de intervenção, que se estende até a criação de organismos internacionais de apoio e cooperação mútuos, pode ser caracterizado como uma tentativa norte-americana de conter a Europa e preservar sua própria capacidade de intervenção no continente.

A relação norte-americana com a América Latina, no entanto, mudará profundamente após o término da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e a deflagração da Revolução Cubana (1959). Houve, por parte dos Estados Unidos, uma necessidade de repensar o conflito (que passou a ser ideológico com a Guerra Fria) assim com a relação entre civis e militares.

Com a Revolução Cubana, a problemática da defesa vinculada a uma agressão externa ao continente (União Soviética) desatualizou-se por completo como estratégia para defesa continental. O triunfo da Revolução, o progressivo enfrentamento com os Estados Unidos e sua posterior definição socialista foram um choque para os Estados Unidos.

A partir deste evento, houve a necessidade de desenvolvimento de uma estratégia contra-insurgente para o continente, onde intervenções militares que tivessem como objetivo frear o avanço de forças progressistas seriam amplamente apoiadas por Washington.

3. O controle e a cooperação no golpe brasileiro de 31 de março de 1964

Os sete documentos publicados no sítio dia 31 de março de 2004 tratam dos episódios imediatamente anteriores e posteriores ao golpe civil-militar brasileiro de 1964.

O primeiro deles é uma gravação de 5 minutos onde o presidente dos Estados Unidos Lyndon Baines Johnson fala ao telefone de sua fazenda no Texas com o vice-secretário de Estado George Ball e com secretário assistente para América Latina, Thomas Mann. Ball informou Johnson sobre a situação da movimentação militar no Brasil que conspirava contra o governo de João Goulart – visto pelos altos oficiais norte-americanos como um esquerdista. O presidente Johnson deu a Ball “luz verde” para apoiar ativamente o golpe, se os Estados Unidos julgassem que a intervenção era necessária. “Eu penso que nós devemos fazer um exame de cada etapa que nós pudermos, devemos estar preparados para fazer tudo o que nós precisamos fazer”, disse o presidente. Em aparente referência a João Goulart, Johnson afirma que “não se pode contar com ele”. “Eu pegaria direto na cabeça.” (DOCUMENTO 1)

O segundo documento é um telegrama emitido da Embaixada dos EUA no Rio de Janeiro para o Departamento de Estado em Washington no dia 27 de março de 1964. Trata-se de um documento de cinco páginas redigido pelo embaixador Lincoln Gordon, onde as últimas ações de João Goulart são avaliadas. Gordon afirma que Goulart trabalha junto ao Partido Comunista brasileiro para “obter poderes ditatoriais” e que as forças conspiratórias que se movimentam para a deposição do presidente necessitam do apoio norte-americano. O embaixador recomenda o envio de armamentos, combustíveis e mantimentos em um primeiro momento aos líderes desta conspiração, mas adverte que deve tratar-se de uma atividade sigilosa. Gordon informa ao Departamento de Estado que as forças estadunidenses devem estar preparadas para um segundo estágio de ação, caso a resistência ao golpe demonstre-se mais forte.

O terceiro também é um telegrama do embaixador Lincoln Gordon, datado de 29 de março de 1964. Nele, Gordon atualiza os altos escalões norte-americanos da deterioração da situação no Brasil. Gordon fala sobre a situação de instabilidade política e social pela qual o Brasil passava, agravada pelo Comício da Central do Brasil, no dia 13 de março e dos encontros com os militares de baixa patente até a data do envio do informe, dia 29 de março de 1964. O embaixador reitera os procedimentos que deveriam ser levados a diante para a consecução da “Operação Brother Sam”.

O quarto documento é um telegrama emitido pela agência da CIA no Brasil na véspera do golpe civil-militar, intitulado “Planos dos conspiradores revolucionários em Minas Gerais”. O documento informa que “uma revolução liderada pelas forças anti-Goulart vão, definitivamente, agir esta semana, provavelmente em poucos dias.” O telegrama fala, ainda, dos planos dos conspiradores de “marcharem até o Rio de Janeiro”. A “revolução”, como os militares autodenominavam seu movimento, “não seria resolvida rapidamente e haveria sangue derramado.” Este documento mostra como a resistência ao golpe era esperada tanto por parte dos Estados Unidos como pelos civis e militares conspiradores.

O quinto documento é um telegrama emitido pelo Departamento de Estado ao embaixador Lincoln Gordon no dia 31 de março. Trata-se de uma lista das decisões da Casa Branca “tomadas com o objetivo de estar em posição de prestar assistência na hora apropriada para as forças anti-Goulart se for decidido que isto deve ser feito.” As decisões incluem o envio de uma série de armamentos militares, combustíveis e mantimentos. Um segundo telegrama é emitido logo depois, com uma estimativa da data e hora da chegada da “Operação Brother Sam” na costa brasileira.

O penúltimo documento é a transcrição de uma conversa entre o presidente norte-americano e seus conselheiros sobre Brasil na Casa Branca no dia 1º de abril de 1964. O presidente foi informado sobre a situação no Brasil e sobre a força-tarefa que auxiliaria os golpistas.

O sétimo e último documento, um telegrama emitido pela agência da CIA no Brasil, informa que o presidente deposto, João Goulart, “deixou o Brasil para o exílio no Uruguai a 1 da manhã do dia 2 de abril. Seu embarque marca o sucesso do golpe militar no Brasil.” (DOCUMENTO 7) Depois de provado que o apoio militar dos Estados Unidos era desnecessário – pois a resistência esperada ao golpe de Estado não concretizou-se – os Estados Unidos puderam desmontar o esquema da chamada “Operação Brother Sam”. Neste mesmo dia, o presidente da Câmara dos Deputados, Auro de Moura Andrade, declarou vago o cargo presidencial. Foram realizadas eleições no dia 9 de abril, que legitimaram o nome já escolhido de Castelo Branco, que tomou posse dia 15 de abril.

4. O controle e a cooperação no golpe argentino de 24 de março de 1976

Diferentemente das relações mantidas entre Brasil e Estados Unidos, os militares argentinos não possuíam relações tão amistosas com seus colegas estadunidenses.(DE RIZ, 2000:33). A Argentina não somente não havia participado junto aos EUA durante a Segunda Guerra Mundial, como manifestaram claramente sua simpatia pelos países do Eixo,

principalmente à Alemanha nazi e à Itália fascista. Somente a partir de 1949, com a ratificação por Perón dos tratados do Rio de Janeiro (fundação do TIAR, 1942) e de Bogotá (criação da OEA, 1948), houve uma aproximação entre os dois países. Além disso, a Argentina foi o último país latino-americano a firmar um acordo bilateral com os Estados Unidos para ajuda militar (1964), que foi rompido em 1967, devido à compra de armamentos europeus com base no “Plan Europa” do governo Onganía. A influência militar européia sempre prevaleceu sobre a norte-americana. As Forças Armadas argentinas mantiveram um estreito e permanente contato com as Forças Armadas francesas, de quem importaram a estratégia da guerra contra-revolucionária aplicada na Argélia. (*Ibid.*, p. 34)

Durante o ano de 1975, a Argentina encontrava-se em um clima generalizado de violência protagonizado pelas organizações paramilitares como a Triple A, pela Polícia Federal e pelas Forças Armadas. A esquerda argentina, principalmente o Ejército Revolucionario del Pueblo e os Montoneros, realizavam ações guerrilheiras nas cidades e nos campos. Pessoas passaram a ser mortas e desaparecidas cotidianamente. O caos econômico se generalizava e a presidente Isabel Perón encontrava-se isolada, sem apoio político. O golpe militar era visto (e aguardado) como um mal necessário por amplos setores políticos e sociais para recuperar a estabilidade e a normalidades institucionais.

Os documentos reunidos sobre a troca de informações e opiniões entre os militares argentinos e diplomatas e seus funcionários estadunidenses, durante o período anterior e os dias imediatamente posteriores ao golpe, revelam uma questão até então pouco esclarecida: qual a preocupação central e antecipada foi a preocupação por ocultar a estratégia repressiva que seria aplicada pela ditadura argentina. Previa-se, segundo estes documentos, que a repressão iria ultrapassar todo e qualquer marco legal, até mesmo a ampla legislação repressiva disponível, e que, por isso, as ações repressivas seriam, em sua maioria, clandestinas. O diálogo entre Argentina e Estados Unidos deixava claro que se tratava de uma ação criminosa, descartando a possibilidade de erros ou excessos. No entanto, ambos tinham interesses em não repetir a experiência chilena, onde a participação norte-americana no golpe e a repressão desencadeada pelo governo Pinochet foram explícitas.

A documentação relativa ao período que compreende o momento pré-golpe, a intervenção militar, até o final da ditadura pode ser dividida em três tipos: a que evidencia o controle e a cooperação dos Estados Unidos no golpe e sua reação, os mecanismos de coordenação repressiva e a “contabilidade” dos crimes que as forças repressivas argentinas cometeram durante a ditadura. Para este trabalho, somente serão analisados os documentos prévios e pouco posteriores ao golpe de 24 de março, devido ao limite da análise. É

importante ressaltar que o *National Security Archive* já havia disponibilizado uma grande quantidade de documentos sobre a Argentina em momentos posteriores, junto a outros projetos de livre informação.²

O primeiro destes documentos é uma transcrição de uma reunião de gabinete de Henry Kissinger em que o mesmo ordena o apoio imediato ao novo regime militar. “Quero apoiá-los. Não quero dar a impressão de que os militares argentinos estão sendo hostilizados pelos Estados Unidos”, afirmou Kissinger a seu pessoal. William Rogers, seu encarregado sobre América Latina, comenta, dois dias após o golpe que os Estados Unidos “deveriam esperar uma grande repressão na Argentina em pouco tempo, provavelmente um ‘banho de sangue’.”

O segundo e o terceiro documentos já haviam sido tornados públicos anteriormente, primeiro pelo jornal Clarín e pelo Centro de Estudios Legales y Sociales. No primeiro, datado de 16 de fevereiro de 1976, os Estados Unidos tomam conhecimento da decisão militar de efetivar um golpe de Estado. Neste momento, a preocupação é conseguir um apoio norte-americano, mesmo explicitando que medidas repressivas que poderiam ser consideradas atentatórias aos direitos humanos precisem ser tomadas na Argentina. O embaixador dos Estados Unidos na Argentina, Robert Hill, comenta ao secretário de Estado norte-americano, através de um telegrama: “3 Comentário: É confortante notar que os militares argentinos estão conscientes do problema e já estão concentrando-se para evitar que os direitos humanos convertam-se em um fator irritante nas relações Estados Unidos-Argentina. Hill.” (DOCUMENTO 2)

O terceiro documento, datado de 16 de março de 1976, é uma conversa do embaixador dos Estados Unidos na Argentina com o comandante da Marinha argentina, almirante Emilio Massera. Massera solicitava à embaixada dos EUA “uma ou duas reconhecidas empresas de relações públicas nos Estados Unidos para trabalhar a imagem do futuro governo militar.” Procurava tranquilizar aos Estados Unidos, ao dizer que não agiria como Pinochet, mas “dentro da lei e com pleno respeito aos direitos humanos.” (DOCUMENTO 3)

O quarto documento é produzido dois dias após o golpe de Estado de 24 de março. Trata-se de uma reunião da alta hierarquia com o secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger. William Rogers e Kissinger acordam em reconhecer formalmente a Junta Militar, pedindo ao embaixador na Argentina Robert Hill elabore uma mensagem receptiva, discreta mas que demonstre substancial apoio dos Estados Unidos – particularmente o financeiro. Em

² Para maiores detalhes, conferir e realizar busca no site <http://www.gwu.edu/~nsarchiv>

27 de março de 1976, o FMI aprovou um crédito de 127 milhões de dólares à Junta Militar argentina. (DOCUMENTO 4)

Quase uma semana após o golpe, em 30 de março de 1976, em tom extremamente otimista, o Embaixador evia um balanço global de sete páginas sobre a nova Junta Militar que revela contradições entre os valores reais e as ilusões em relação ao novo regime. (DOCUMENTO 5)

5. Considerações finais

O controle e a cooperação dos Estados Unidos não somente nos golpes argentino e brasileiro, mas em todas as intervenções militares latino-americanas foi sempre um assunto controverso, inclusive na produção historiográfica.

A partir da liberação dos documentos que constituem esta breve análise e muitos outros disponíveis para pesquisa no site do *National Security Archives*, pôde-se repensar as análises antigas e desfazer muitas considerações que anteriormente eram alicerçadas somente em especulações.

Sem dúvida, a partir dos documentos aqui analisados, os Estados Unidos controlou e cooperou com os golpes argentino e brasileiro. Muitos dos efeitos dessa ação somente puderam ser percebidos tempos depois, como no caso da Argentina. Como no caso brasileiro, a cooperação não chegou a ser efetivada, mas estaria de prontidão caso houvesse necessidade.

6. Referências

Documentos

Argentina

DOCUMENTO 1: 19760326 Secretary of Stet Kissinger Chariman apgesl 1-39 - full

DOCUMENTO 2: 19760216 Military Take Cognizance of Human Rights Issue 00009FF0

DOCUMENTO 3: 19760316 Ambassadors conversation with admiral Massera 0000A005

DOCUMENTO 4: 19760326 Secretary of Stet Kissinger Chariman apgesl 1-39 - full

DOCUMENTO 5: 19760330 Videlas moderate line prevails 00009EF2

(disponíveis em:

<http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB185/index2.htm#19760326>)

Brasil

DOCUMENTO 1: White House Audio Tape, President Lyndon B. Johnson discussing the impending coup in Brazil with Undersecretary of State George Ball, March 31, 1964

DOCUMENTO 2: State Department, Top Secret Cable from Rio De Janiero, March 27, 1964

DOCUMENTO 3: State Department, Top Secret Cable from Amb. Lincoln Gordon, March 29, 1964

DOCUMENTO 4: CIA, Intelligence Information Cable on "Plans of Revolutionary Plotters in Minas Geras," March 30, 1964

DOCUMENTO 5: State Department, Secret Cable to Amb. Lincoln Gordon in Rio, March 31, 1964

DOCUMENTO 6: CIA, Secret Memorandum of Conversation on "Meeting at the White House 1 April 1964 Subject-Brazil," April 1, 1964

DOCUMENTO 7: CIA, Intelligence Information Cable on "Departure of Goulart from Porto Alegre for Montevideo," April 2, 1964

(disponíveis em: <http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB118/index.htm>)

Bibliografia

CELS. *El Estado terrorista desmascarado: documentos desclasificados sobre Argentina del Departamento de Estado de los Estados Unidos – 1976*. Outubro, 2001.

CORREA, Marcos de Sá. 1964 visto e comentado pela Casa Branca. Porto Alegre: LP&M, 1977.

DE RIZ, Liliana. *La política en suspenso: 1966-1976*. Buenos Aires: Paidós, 2000.

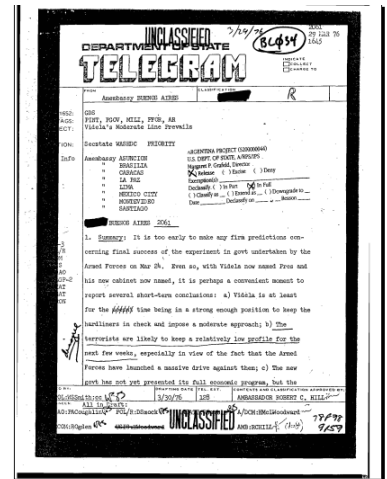
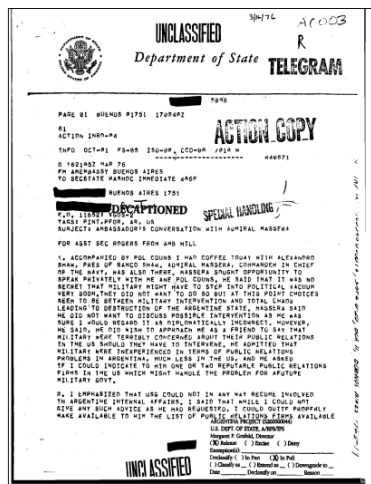
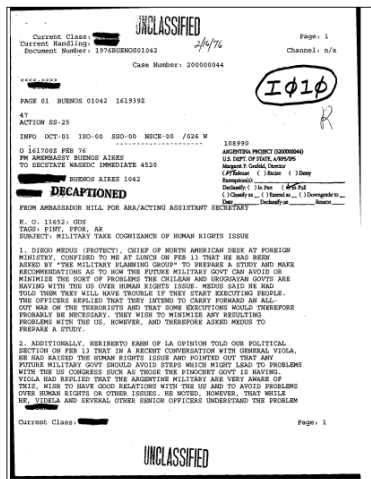
GORDON, Lincoln. *A segunda chance ao Brasil: a caminho do primeiro mundo*. São Paulo: Senac, 2001.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. Distrito Federal: UnB, 2001.

PARKER, Phyllis R. *1964: o papel dos Estados Unidos no golpe de 31 de março*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

7. Anexos



Documentos argentinos desclasificados pelo National Security Archive

Approved For Release 1999/01/19 : NLJ-001-003-4-11-8

~~SECRET~~ CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY
Intelligence Information Cable

COUNTRY BRAZIL
DATE 0 APRIL 1964

SUBJECT
DEPARTURE OF GOULART FROM PORTO ALEGRE FOR MONTEVIDEU

REF IN 52823

1. JOAO GOULART, DEPOSED PRESIDENT OF BRAZIL, LEFT PORTO ALEGRE ABOUT 1 P.M. LOCAL TIME FOR MONTEVIDEU. COMMENT: NO DETAILS WERE AVAILABLE REGARDING HIS TRAVELLING COMPANIONS.)

2. GOVERNMENT: THE NATIONAL COUNCIL OF GOVERNMENT ON 1 APRIL APPROVED A RESOLUTION TO RECEIVE GOULART AS PRESIDENT UNLESS HE HAD RESIGNED BEFORE LEAVING BRAZIL.

3. DISSEM: STATE CINCPAC CIRCULAR.

END OF MESSAGE AUTHORITY A.L.J. 822-04-11/1 By A.L.J. NARA, Data 4-23-67

~~SECRET~~ NO FOREIGN DISSEM

APPROVED FOR RELEASE 1999/01/19 : NLJ-001-003-4-11-8

COPI LIBRARY

Approved For Release 1999/01/19 : NLJ-001-003-4-11-8

~~SECRET~~ CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY
Intelligence Information Cable

COUNTRY BRAZIL
DATE 30 MARCH 1964

SUBJECT
PLANS OF REVOLUTIONARY PLOTTERS IN MINAS GERAIS

REF IN 52823

1. ON 26 MARCH 1964 [REDACTED] MADE THE FOLLOWING SIGNIFICANT STATEMENTS IN BELLO HORIZONTE:

A. A REVOLUTION BY ANTI-GOULART FORCES WILL DEFINITELY GET UNDER WAY THIS WEEK, PROBABLY WITHIN THE NEXT FEW DAYS. LAST MINUTE NEGOTIATIONS ARE NOW UNDER WAY INVOLVING THE STATES UNDER CONTROL OF DEMOCRATIC GOVERNORS. SAO PAULO AND MINAS GERAIS HAVE DEFINITELY REACHED ACCORD.

SAO PAULO WOULD FOLLOW MINAS GERAIS IF THE [REDACTED]

APPROVED FOR RELEASE 1999/01/19 : NLJ-001-003-4-11-8

COPI LIBRARY

Approved For Release 1999/01/19 : NLJ-001-003-4-11-8

~~SECRET~~ CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY
Intelligence Information Cable

COUNTRY BRAZIL
DATE 30 MARCH 1964

SUBJECT
PLANS OF REVOLUTIONARY PLOTTERS IN MINAS GERAIS

REF IN 52823

1. ON 26 MARCH 1964 [REDACTED] MADE THE FOLLOWING SIGNIFICANT STATEMENTS IN BELLO HORIZONTE:

A. A REVOLUTION BY ANTI-GOULART FORCES WILL DEFINITELY GET UNDER WAY THIS WEEK, PROBABLY WITHIN THE NEXT FEW DAYS. LAST MINUTE NEGOTIATIONS ARE NOW UNDER WAY INVOLVING THE STATES UNDER CONTROL OF DEMOCRATIC GOVERNORS. SAO PAULO AND MINAS GERAIS HAVE DEFINITELY REACHED ACCORD.

SAO PAULO WOULD FOLLOW MINAS GERAIS IF THE [REDACTED]

APPROVED FOR RELEASE 1999/01/19 : NLJ-001-003-4-11-8

COPI LIBRARY

Documentos brasileiros desclassificados pelo National Security Archive